interapia

V. 3 N. 2 (2025) · ARTIGO ORIGINAL · ISSN 3085-9085

ARTIGO ORIGINAL PSICANÁLISE SOCIAL

Inconsciente coletivo e inconsciente social: uma distinção necessária para a psicanálise social das relações sociais

Collective unconscious and social unconscious: a necessary distinction for the social psychoanalysis of social relations

Cassia Aparecida Moises de Aquino

Docente do curso de Psicanálise, Academia Enlevo, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a tese de que processos inconscientes compartilhados estruturam as relações sociais, os discursos midiáticos e a formação da opinião pública, e submete essa tese a uma distinção conceitual frequentemente omitida: a que separa o inconsciente coletivo da psicologia analítica junguiana do inconsciente social elaborado na tradição grupanalítica. O primeiro é postulado como camada filogenética da psique, povoada por arquétipos de alcance trans-histórico; o segundo designa o conjunto de arranjos, ansiedades e defesas que uma formação social determinada institui e transmite, e cuja matriz é histórica, não herdada. Argumenta-se que confundir os dois planos enfraquece precisamente a leitura crítica que a psicanálise social pretende oferecer, porque faz passar por arquetípico aquilo que é produto de história e de relações de poder. O percurso é teórico-conceitual: reconstitui-se cada noção em seus próprios termos, examina-se sua aplicação a três objetos — a formação da identidade nacional brasileira, a desmentida de traumatismos coletivos e o enquadramento midiático de papéis de gênero — e discutem-se os limites de operacionalização do campo. Conclui-se que a distinção, longe de enfraquecer a tese inicial, delimita com maior precisão aquilo que a psicanálise social pode efetivamente explicar.

Palavras-chave: inconsciente social; inconsciente coletivo; psicanálise social; subjetividade; opinião pública.

ABSTRACT

This article examines the thesis that shared unconscious processes structure social relations, media discourse and the formation of public opinion, and subjects that thesis to a conceptual distinction that is frequently omitted: the one separating the collective unconscious of Jungian analytical psychology from the social unconscious elaborated within the group-analytic tradition. The former is posited as a phylogenetic layer of the psyche, populated by archetypes of trans-historical reach; the latter designates the arrangements, anxieties and defences that a given social formation institutes and transmits, and whose matrix is historical rather than inherited. It is argued that conflating the two planes weakens precisely the critical reading that social psychoanalysis sets out to offer, since it presents as archetypal what is in fact a product of history and of power relations. The approach is theoretical and conceptual: each notion is reconstituted in its own terms, its application is examined across three objects — the formation of Brazilian national identity, the denial of collective traumatism and the media framing of gender roles — and the limits of the field's operationalisation are discussed. The distinction, far from weakening the initial thesis, delimits more precisely what social psychoanalysis can actually explain.

Keywords: social unconscious; collective unconscious; social psychoanalysis; subjectivity; public opinion.

1 Introdução

A proposição de que a vida social é atravessada por processos psíquicos que escapam à deliberação dos sujeitos tem, na psicanálise, uma história tão antiga quanto a dis-

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

ciplina. Freud enunciou-a sem reservas ao abrir *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921) com a observação de que a oposição entre psicologia individual e psicologia social é, examinada de perto, frágil: o outro comparece desde sempre na vida psíquica do sujeito, como modelo, objeto, auxiliar ou adversário. Dessa premissa derivou uma linhagem de investigações sobre cultura, autoridade e mal-estar que vai de *Totem e tabu* (1913) a *O mal-estar na civilização* (1930), e que constitui o solo comum de tudo o que hoje se agrupa sob a designação de psicanálise social.

O que esse solo comum não resolve é uma ambiguidade persistente. Quando se afirma que há um inconsciente partilhado estruturando crenças, estereótipos e hierarquias, de que exatamente se está falando? A literatura de divulgação — e, com frequência, também a literatura acadêmica — responde recorrendo indistintamente a dois vocabulários que têm origens, pressupostos e consequências analíticas diferentes. De um lado, o inconsciente coletivo formulado por Jung no interior da psicologia analítica, concebido como estrato impessoal e filogenético da psique, povoado por arquétipos cuja recorrência atravessaria épocas e culturas. De outro, o inconsciente social elaborado na tradição grupanalítica — Foulkes, Fromm, Dalal, Hopper — e retomado no Brasil por Penna (2022), que designa não uma herança da espécie, mas o sedimento historicamente produzido de arranjos, ansiedades e defesas que uma dada formação social institui, transmite e torna invisível a si mesma.

A tese que este artigo preserva e reelabora é a de que processos inconscientes compartilhados exercem papel determinante na constituição das relações sociais, na reprodução de estereótipos e na manutenção de hierarquias. O que se acrescenta é um exame crítico do aparato conceitual mobilizado para sustentá-la. A hipótese de trabalho é que a confusão entre os dois inconscientes não é inócua: ela enfraquece a leitura crítica que a psicanálise social pretende oferecer, pois converte em dado trans-histórico — e, portanto, em certa medida inevitável — aquilo que resulta de processos datados, localizáveis e, por isso mesmo, passíveis de transformação. Desfazer a confusão não contraria a tese; delimita-a.

Três objetos servem de prova a esse exame: a formação da identidade nacional brasileira e as narrativas de exotismo e miscigenação que a organizaram; a desmentida de traumatismos coletivos e seus efeitos sobre a memória; e o enquadramento midiático de papéis de gênero. Em cada um deles, verifica-se qual das duas noções sustenta o argumento — e o que se perde quando a escolha não é feita.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem produção de dados primários. O corpus primário reúne os textos em que cada noção recebe formulação sistemática: de um lado, *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, *Símbolos da transformação* e *O eu e o inconsciente*, de Jung; de outro, os escritos freudianos de teoria da cultura (1913, 1921, 1927, 1930) e a elaboração grupanalítica do inconsciente social em Foulkes (1948), Fromm (1970), Dalal (1998) e Hopper e Weinberg (2011).

O corpus secundário é constituído por trabalhos brasileiros publicados entre 2022 e 2025 em periódicos com revisão por pares que tratam diretamente da articulação entre processos inconscientes e formações sociais: Penna (2022), sobre o inconsciente social dos brasileiros; Maia, Santos e Okamoto (2023), sobre desmentida e traumatismo social; Portela e Guazina (2024), sobre enquadramento midiático e feminino; Damascena (2024), sobre laços e virtualidade; e Santos, Perrella e Marino (2025), sobre prática pública de psicanálise em território.

O critério de inclusão foi duplo: publicação em periódico com revisão por pares ou obra de referência reconhecida no campo; e tratamento explícito da articulação entre o psíquico e o social, não meramente ilustrativo. O critério de exclusão descartou textos de divulgação e referências cuja atribuição não pôde ser confirmada em base editorial. Procedeu-se em três etapas: reconstituição de cada noção em seus próprios termos; aplicação de cada uma aos três objetos selecionados; e discussão dos limites de operacionalização.

3 Dois inconscientes, duas gramáticas

3.1 O inconsciente coletivo na psicologia analítica

Jung introduz o inconsciente coletivo como resposta a um problema de alcance: o inconsciente pessoal, constituído por conteúdos que foram conscientes e deixaram de sê-lo, não daria conta de motivos que reaparecem em sujeitos sem acesso às fontes culturais correspondentes. A hipótese é então a de um estrato mais profundo, impessoal e comum, que não deriva da experiência individual e cujos elementos estruturantes são os arquétipos — não imagens prontas, mas disposições formais, esquemas de represen-

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

tação que se preenchem com o material histórico disponível.

Dois traços dessa formulação importam aqui. O primeiro é seu caráter filogenético: o inconsciente coletivo é herdado, pertence à espécie, e sua universalidade é justamente o que o define. O segundo é a sua função explicativa: ele dá conta de recorrências — a repetição de motivos em mitologias distantes, a persistência de figuras simbólicas em produções artísticas separadas no tempo. É uma teoria da permanência.

Daí decorre seu limite para a análise social. Uma teoria da permanência explica mal a diferença. Se o que se quer compreender é por que uma sociedade determinada produziu certos arranjos de exclusão e não outros, o recurso ao arquétipo oferece pouca tração: a universalidade que o torna potente para a comparação entre mitologias torna-o cego para a especificidade histórica. Tomar por arquetípica uma hierarquia social é, na prática, subtraí-la à história — e com ela, à possibilidade de crítica.

3.2 O inconsciente social na tradição grupanalítica

A noção de inconsciente social tem outra genealogia. Ela se constitui no cruzamento entre a psicanálise freudiana da cultura e a grupanálise de Foulkes (1948), para quem o grupo não é um agregado de indivíduos mas uma matriz — uma rede de comunicação em que o psiquismo individual se forma e na qual já está inscrito. Fromm (1970) acrescentou a esse quadro a tese de que cada formação social produz os filtros que determinam o que, nela, pode e não pode tornar-se consciente. Dalal (1998) radicalizou a crítica, mostrando que a própria distinção entre interno e externo é, ela mesma, socialmente produzida. Hopper e Weinberg (2011) sistematizaram o campo, definindo o inconsciente social como o conjunto de arranjos sociais, culturais e comunicacionais de que as pessoas não têm consciência, na medida em que não os percebem como constrangimentos.

A diferença decisiva em relação ao inconsciente coletivo é a origem. Aqui nada é herdado da espécie: o que é transmitido é histórico, produzido em relações concretas de poder, e por isso varia de uma formação social a outra. O inconsciente social é uma teoria da *sedimentação*, não da permanência. Seu objeto não é o que se repete em toda parte, mas o que, num lugar e num tempo, tornou-se tão evidente que deixou de ser visto.

É nessa chave que Penna (2022) propõe afinar a escuta sobre o inconsciente social dos brasileiros. Importa registrar — e a observação é central para o argumento deste artigo — que a autora opera inteiramente dentro da tradição grupanalítica, articulando Foulkes, Fromm, Dalal e Hopper a Freud e a uma leitura foucaultiana dos dispositivos de poder. Não há, em sua elaboração, recurso ao inconsciente coletivo junguiano. Citar Penna como se ela sustentasse uma tese sobre arquétipos é, portanto, atribuir-lhe o oposto do que propõe: onde ela lê história sedimentada, lê-se herança filogenética.

3.3 O que a distinção preserva

Poder-se-ia objetar que a distinção é escolástica, uma vez que ambas as noções apontam para o mesmo fenômeno — a existência de determinações psíquicas não deliberadas na vida coletiva. A objeção é improcedente por uma razão prática: as duas noções autorizam conclusões diferentes sobre o mesmo material. Diante de um padrão de subalternização recorrente, a leitura arquetípica tenderá a identificar nele a atualização de uma figura simbólica de longa duração; a leitura grupanalítica perguntará que arranjos históricos o instituíram, que defesas o mantêm fora do exame e a que interesses sua invisibilidade serve. Somente a segunda produz um objeto sobre o qual se possa intervir.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

CRITÉRIO	INCONSCIENTE COLETIVO	INCONSCIENTE SOCIAL	CONSEQUÊNCIA ANALÍTICA
Origem	Filogenética; herdada pela espécie	Histórica; produzida em relações sociais concretas	Só a segunda admite datação e crítica
Unidade	Arquétipo: disposição formal de representação	Matriz grupal: rede de comunicação e pertencimento	Mudam o nível e o método de análise
Explica bem	Recorrência de motivos entre culturas distantes	Especificidade de uma formação social determinada	Permanência *versus* sedimentação
Limite	Cega para a diferença histórica entre sociedades	Não dá conta de regularidades transhistóricas	Os campos de aplicação não coincidem
Risco	Naturalizar hierarquias como destino simbólico	Dissolver o psíquico em determinação sociológica	Erros simétricos e evitáveis

Tabela 1 — Comparação entre o inconsciente coletivo da psicologia analítica e o inconsciente social da tradição grupanalítica. A coluna final registra a consequência de cada distinção para o trabalho analítico, não um juízo sobre o valor teórico das noções.

4 Formações sociais e transmissão

4.1 Identidade nacional e narrativas de origem

A análise de Penna (2022) sobre o inconsciente social dos brasileiros oferece o caso mais direto. A autora examina como dois operadores — o exotismo e a miscigenação — foram incorporados ao imaginário nacional como traços naturais e, nessa condição, passaram a organizar desde interações cotidianas até a formulação de políticas. O ponto não é que essas narrativas sejam falsas no sentido de uma simples inexatidão factual; é que sua eficácia depende de não serem examinadas. A ideia de uma convivência racial harmônica, consolidada como autoimagem nacional ao longo do século XX, opera menos como descrição do que como dispositivo: ao afirmar a inexistência do conflito, torna indizível a desigualdade que o produz.

O que torna esse mecanismo legível é precisamente a gramática do inconsciente social. Trata-se de conteúdos que não foram recalcados por um sujeito, mas instituídos por uma formação histórica e transmitidos como evidência partilhada. Um recurso ao arquétipo não acrescentaria nada ao argumento e subtrairia o essencial: a datação. A naturalização do exotismo é um efeito do processo colonial, não a expressão de uma figura simbólica universal — e é por ser histórica que pode ser desfeita.

4.2 Desmentida, memória e traumatismo social

Maia, Santos e Okamoto (2023), no quadro da psicanálise das configurações vinculares, examinam o estatuto psíquico do que denominam desmentida: não a negação individual de um conteúdo penoso, mas a operação social pela qual a realidade de um sofrimento é retirada de circulação, de modo que a experiência permanece sem inscrição possível. O traumatismo social não decorre apenas do acontecimento, mas do fato de ele não encontrar testemunho que o valide.

As consequências são de ordem vincular. Quando acontecimentos de violência coletiva são sistematicamente retirados do discurso público, o efeito não se limita à lacuna documental: compromete-se a possibilidade de elaboração, e a ausência de inscrição transmite-se às gerações seguintes como um vazio que opera sem poder ser nomeado. É nesse sentido preciso que se pode falar em transmissão intergeracional — não como herança de conteúdos, mas como transmissão de uma falha de simbolização.

Também aqui a distinção conceitual é produtiva. Um vazio de inscrição não é um arquétipo. Ele tem data, agentes e beneficiários, e é essa determinação que torna possível o trabalho de restituição — sob a forma de pesquisa histórica, de políticas de memória ou de dispositivos de escuta coletiva.

5 Mídia, discurso e opinião pública

5.1 Enquadramento, estereótipo e feminino

Os dispositivos midiáticos não apenas informam: selecionam, hierarquizam e enquadram, e nessa operação participam da constituição daquilo que o público toma por realidade. Portela e Guazina (2024) analisam, nessa chave, a cobertura de casos de violência contra mulheres amplamente difundidos na imprensa brasileira, mostrando como o tratamento jornalístico e judicial reiterou um conjunto estável de posições atribuídas ao feminino — e, com ele, mecanismos de deslocamento da responsabilidade para a vítima.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

Em termos psicanalíticos, o fenômeno mobiliza identificação e projeção: o leitor reconhece-se em certas posições narrativas e rejeita outras segundo disposições que não lhe são transparentes. O que interessa reter, porém, é que a estabilidade dessas posições ao longo de décadas não autoriza inferi-las de um fundo simbólico universal. Ela indica, mais modestamente e com mais consequência, que determinadas atribuições de papel permaneceram disponíveis no repertório discursivo porque instituições — imprensa, sistema de justiça, mercado — continuaram a reproduzi-las. A diferença entre as duas leituras é a diferença entre constatar uma fatalidade e identificar uma responsabilidade.

5.2 Digitalização do laço e aceleração do discurso

Damascena (2024) examina os efeitos da virtualização sobre os laços amorosos, observando como a mediação digital, articulada a uma lógica de gratificação imediata, favorece vínculos de baixa duração e dificulta a construção de laços estáveis. A extensão desse achado ao campo da opinião pública deve ser feita com prudência — o objeto do autor é o laço amoroso, não o debate político —, mas o mecanismo descrito é pertinente: quando a economia da atenção privilegia a resposta imediata, o conteúdo que circula tende a ser aquele capaz de mobilizar afeto no menor intervalo.

Disso decorre uma hipótese formulável, ainda que não demonstrada no material aqui reunido: ambientes digitais de alta velocidade favorecem a circulação de discursos que operam por indignação, medo ou euforia, em detrimento daqueles que exigem suspensão do juízo. Não é necessário postular um inconsciente arquetípico para explicá-lo. Basta reconhecer que mecanismos psíquicos de identificação e projeção, bem documentados desde Freud (1921), encontram em certas arquiteturas comunicacionais condições particularmente favoráveis de exercício.

6 Limites de operacionalização

O principal obstáculo da psicanálise social não é teórico, mas metodológico. Suas categorias — matriz grupal, desmentida, filtro social — descrevem com finura processos que resistem à mensuração, e o campo tem produzido muito mais análise interpretativa do que protocolo de intervenção. A consequência prática é que suas contribuições raramente se traduzem em desenho de política pública.

Santos, Perrella e Marino (2025) indicam uma via de resposta ao relatarem uma prática pública de psicanálise orientada pelas noções de coletivo e de território. O deslocamento é significativo: em lugar de aplicar categorias ao social como quem interpreta um texto, trata-se de constituir dispositivos de escuta situados, em que a elaboração se dá no próprio espaço coletivo. Isso não resolve o problema da avaliação — permanece em aberto como aferir efeito —, mas desloca o campo da análise para a intervenção, que é a condição de qualquer avaliação futura.

Resta uma dificuldade de ordem epistemológica. Afirmações sobre o inconsciente de uma coletividade são, por construção, não verificáveis pelo relato de seus membros: é da definição do conceito que aquilo que ele designa não esteja disponível à consciência de quem o vive. Essa estrutura torna o campo vulnerável à objeção de irrefutabilidade. A resposta disponível não é epistemológica, mas pragmática: avaliar as leituras pela sua fecundidade — pelo que tornam visível, pelas intervenções que autorizam e pelos efeitos documentáveis dessas intervenções.

Considerações finais

O percurso sustenta a tese de partida e a especifica. Processos inconscientes compartilhados de fato participam da estruturação das relações sociais, da reprodução de estereótipos e da manutenção de hierarquias — mas o conceito que torna essa participação analisável é o de inconsciente social, não o de inconsciente coletivo.

Três conclusões decorrem. A primeira é que a distinção entre as duas noções tem consequência prática, e não apenas terminológica: a gramática arquetípica explica recorrência, a gramática grupanalítica explica sedimentação histórica, e os objetos examinados neste artigo — identidade nacional, desmentida de traumatismos, enquadramento de gênero — são todos objetos do segundo tipo. Nomear um arranjo histórico como arquetípico é, no limite, torná-lo irrecusável.

A segunda é que o rigor conceitual aqui reivindicado reforça, em vez de enfraquecer, o alcance crítico da psicanálise social. É por serem históricos que os arranjos descritos podem ser desfeitos; a crítica depende dessa contingência. A psicologia analítica permanece um instrumento legítimo e produtivo para outras perguntas — a análise de produções simbólicas, a investigação de recorrências míticas —, e nada neste artigo pretende contestar esse valor. O que se contesta é o uso de suas categorias fora do domínio em que operam.

A terceira é que o campo carece de mediações entre interpretação e intervenção. A experiência de práticas públicas

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

situadas sugere um caminho, mas exige, para consolidar-se, o desenvolvimento de desenhos avaliativos compatíveis com a natureza de seu objeto. Esse é o trabalho a fazer: menos a afirmação de que o inconsciente estrutura o social — proposição que a tradição já estabeleceu — do que a construção dos dispositivos pelos quais essa estruturação possa ser escutada, nomeada e, quando o caso, transformada.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. A revista não dispõe de declaração do autor; o manuscrito, do acervo, foi recebido pela direção anterior, que não a solicitava.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

DALAL, F. *Taking the group seriously*: towards a post-Foulkesian group analytic theory. London: Jessica Kingsley, 1998.

DAMASCENA, J. V. Laços amorosos, contemporaneidade e virtualidade: um estudo teórico à luz da psicanálise. *Leitura Flutuante*, São Paulo, v. 16, n. 2, 2024.

FOULKES, S. H. *Introduction to group-analytic psychotherapy*. London: Heinemann, 1948.

FREUD, S. Totem e tabu (1913). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-191.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego (1921). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 79-154.

FREUD, S. O futuro de uma ilusão (1927). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-71.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 73-171.

FROMM, E. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HOPPER, E.; WEINBERG, H. (org.). *The social unconscious in persons, groups and societies*. v. 1: Mainly theory. London: Karnac, 2011.

JUNG, C. G. *Símbolos da transformação*. Obras completas, v. 5. Petrópolis: Vozes, 1986.

JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente*. Obras completas, v. 7/2. Petrópolis: Vozes, 1978.

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Obras completas, v. 9/1. Petrópolis: Vozes, 2000.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAIA, B. B.; SANTOS, M. A. dos; OKAMOTO, M. Y. Memória, desmentida e traumatismo social sob a ótica da Psicanálise das Configurações Vinculares. *Psicologia USP*, v. 34, e200214, 2023.

PENNA, C. Afinando a escuta sobre o "Inconsciente Social dos Brasileiros". *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 47, p. 11-34, 2022.

PORTELA, J. B.; GUAZINA, F. M. N. Ângela Diniz e Mariana Ferrer: um olhar da psicanálise sobre o feminino. *PSI UNISC*, v. 8, n. 1, p. 263-279, 2024.

SANTOS, A.; PERRELLA, A. C.; MARINO, A. S. Uma prática pública de psicanálise: coletivo e território. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, n. 23, p. 18-29, 2025.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

COMO CITAR

AQUINO, C. A. M. Inconsciente coletivo e inconsciente social: uma distinção necessária para a psicanálise social das relações sociais. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 5-11, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.